

RECURSO ESPECIAL Nº 1.713.099 - SP (2015/0216473-9)

RELATORA :**MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE :**VOTORANTIM SIDERÚRGICA S/A**
ADVOGADOS :**ANDRÉ DE LUIZI CORREIA - SP137878**
MARCUS VINICIUS VITA FERREIRA E OUTRO(S) -
DF019214
BRUNO TOLEDO CHECCHIA E OUTRO(S) - DF027179
JULIA JUNQUEIRA DA GAMA E SILVA - SP234470
ADVOGADOS :**JULIA DE BAËRE CAVALCANTI D'ALBUQUERQUE E**
OUTRO(S) - DF025719
MARIANA NEGRI LOGIODICE - SP286665
TATIANA MAGALHÃES FLORENCE - SP343644
RECORRIDO :**TRANSPORTES MARINHO LTDA**
ADVOGADOS :**FERNANDO NABAIS DA FURRIELA - SP080433**
DANIEL TRESSOLDI CAMARGO - SP174285
INGRID MAGALHÃES DANTAS GONÇALVES - SP305325

DECISÃO

Petição nº 00169746/2019: vistos.

Por meio da petição de fls. 379-382 (e-STJ), a recorrente pleiteia a retirada do processo da pauta de julgamento do dia 09/04/2019, às 10 horas, bem como o sobrestamento do presente processo até o julgamento dos embargos de divergência no REsp 1.677.895/SP.

Contudo, compulsando os autos, verifica-se que o julgamento do presente recurso não resta, por ora, prejudicado em razão do julgamento do REsp 1.677.895/SP.

A um, porque as matérias tratadas em ambos os recursos são independentes — neste recurso discute-se a tempestividade da impugnação aos embargos monitórios apresentada, ao passo que naquele tratou-se acerca da prescrição da pretensão de exigibilidade dos créditos pleiteados na ação monitória. A dois, porque a eventual manutenção, em sede de embargos de divergência, do acórdão proferido no bojo do REsp 1.677.895/SP, não impede, nesta oportunidade, o julgamento deste processo, uma vez que não gerará decisão conflitante.

Forte nessas razões, NADA A DEFERIR.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

